

Roosevelt Pinheiro



Plenário lotado acolheu também a indicação do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, para ministro do TCU

De olho nos fundos de previdência

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, projeto que visa melhorar a fiscalização sobre os fundos de previdência complementar. A matéria será ainda votada em se-

gundo turno. O mérito da proposta, formulada pela CPI dos Correios, foi ressaltado tanto por parlamentares da oposição quanto da base do governo.

Página 3

Subcomissões analisam o aquecimento

Previsões catastróficas sobre o clima em todo o mundo preocupam senadores, que pretendem propor e analisar providências governamentais

O aquecimento global, causado pelo aumento de poluentes lançados na atmosfera, será estudado por duas subcomissões criadas pelo Senado. Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a subcomissão presidida por Renato Casagrande deve sugerir projetos para proteção do meio am-

biente e geração de energia limpa. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a subcomissão será presidida por Fernando Collor – presidente da República quando se realizou, no Rio de Janeiro, a cúpula mundial sobre meio ambiente conhecida como Rio-92. A subcomissão quer se tornar palco de debate sobre o assunto. **Página 7**

Regulação e reforma política na pauta da CCJ

Marco legal de agências reguladoras provoca debate na Comissão de Justiça, que começa a analisar também a cláusula de desempenho partidário. **Página 8**



Gerardo Maggela

Senadores da CCJ votam projeto que disciplina recurso contra decisões do Conselho Nacional de Assistência Social e analisam declaração de inconstitucionalidade de leis estaduais

Ministro e diplomata falam sobre política externa brasileira

Suposto “antiamericanismo” da política externa brasileira leva comissão a convocar ex-embaixador brasileiro em Washington e o atual ministro das Relações Exteriores. **Página 6**

Funcionários de gabinete dos senadores protocolam emendas ao PAC



Moreira Mariz

Programa de crescimento recebe apoios e críticas

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pode se transformar num projeto de desenvolvimento, segundo os governistas. Para oposição, é hora de rever pacto federativo. **Página 5**

Presidente da Comissão Mista de Orçamento afirma que contingenciamento será compensado por ações previstas no Programa de Aceleração do Crescimento



Gilmar Machado fala aos gestores públicos: "Recursos são dos impostos que pagamos e devem retornar à sociedade como benefícios"

Bloqueio de verbas deve chegar a R\$ 15 bilhões, diz Gilmar Machado

Deve ser anunciado na próxima terça-feira decreto do governo estabelecendo um contingenciamento que pode alcançar montante ao redor de R\$ 15 bilhões dos recursos do Orçamento para 2007. A informação foi transmitida ontem à Agência Senado pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado (PT-MG).

De acordo com ele, o bloqueio de parcelas das despesas terá como contrapartida o desenvolvimento de ações enquadradas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O plano, como lembrou o deputado, prevê a ampliação dos gastos do Projeto Piloto de Investimento (PPI).

As despesas enquadradas no PPI vinham representando cerca de 0,20% do produto interno bruto

(PIB), ou R\$ 4 bilhões por ano. Com o PAC, o orçamento do PPI foi elevado para 0,50% do PIB entre 2007 e 2010, o que significa gastos de R\$ 12 bilhões ao ano em projetos de infra-estrutura eleitos como prioritários (portos, estradas, ferrovias e metrô, entre outros). Nessa modalidade de investimentos, os gastos podem ser excluídos do cálculo da meta de superávit primário (economia para pagamento de juros da dívida pública) de 4,5% do PIB.

Após participar de debate que encerrou, na manhã de ontem, o Encontro Nacional de Gestores em Políticas Públicas de Juventude, Machado afirmou ainda que o Orçamento deveria ser sancionado rapidamente pelo presidente da República. O ato presidencial sempre é aguardado com expecta-

tiva, em razão de possíveis vetos sobre despesas programadas.

Ainda sobre o contingenciamento, o deputado disse acreditar que as despesas bloqueadas acabarão liberadas ao longo do ano – após a sanção do Orçamento, o governo sempre edita decreto limitando seus gastos a um teto menor do que os valores autorizados na lei aprovada pelo Congresso, para liberar à medida que receitas vão se confirmando.

– Com as obras do PAC em execução, o crescimento será efetivamente acelerado – avaliou.

Sucessão

Gilmar Machado permanecerá na presidência da CMO até o final de março. Será sucedido pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), de acordo com decisão da bancada do PMDB no Senado.

Por falta de informação, prefeituras nem chegam a pedir os recursos

Ao falar a gestores públicos de todo o país reunidos ontem em Brasília, o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Gilmar Machado, defendeu maior rigor na aplicação e fiscalização dos recursos orçamentários. Ele observou que a CMO, para estimular esse controle, começou em junho do ano passado a enviar mensalmente a câmaras de vereadores um contracheque com informações sobre os recursos repassados pelo governo federal a cada município brasileiro.

– Os recursos são dos impostos que pagamos e devem retornar como benefícios à sociedade – afirmou.

Gilmar Machado foi um dos palestrantes do painel de debates que encerrou o Encontro Nacional de Gestores em Políticas Públicas de Juventude, em um hotel da capital.

O painel discutiu o Orçamento federal na perspectiva das políticas para os jovens. O deputado

conclamou os gestores e toda a sociedade a aprender a “ler” os números orçamentários. Ele comemorou, no entanto, a ampliação desse conhecimento nos últimos tempos. A própria CMO, observou, lançou na internet o Portal do Orçamento (www2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil).

Com maior capacitação, de acordo com Machado, prefeituras e entidades do terceiro setor teriam melhores condições de captar recursos.

– Muitas prefeituras nem sabem que existem tais programações e, assim, nem chegam a pedir os recursos – destacou.

Para Denis Sant’Ana Barros, secretário-adjunto da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, o processo de democratização da atividade orçamentária só ganhou velocidade no país depois da Constituição de 1988.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão é deliberativa com início às 14h. Na pauta, discussão de projetos de lei, como o que concede anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em países da fronteira. Ainda em debate, a proposta que autoriza os estados e o Distrito Federal a explorar as loterias como modalidade de serviço público.

Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) reúne-se às 9h para abertura dos trabalhos, definição da agenda e organização das pautas de reuniões.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, César Borges, Papaléo Paes e Romero Jucá

Senadores acolhem em primeiro turno permissão a órgãos fiscalizadores para investigar operações financeiras com recursos dos planos de benefícios

Wellington preside nova Comissão de Comunicação

O projeto de resolução que cria a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia (CCCT), desmembrada da Comissão de Educação (CE), foi aprovado ontem por 48 votos favoráveis e enviado à promulgação. Pelo novo sistema de aclamação, foram eleitos os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) para os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente.

A iniciativa gerou protestos de Flávio Arns (PT-PR). Munido de manifestações contrárias à iniciativa, subscritas por entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileira da Propriedade Intelectual e o Conselho Nacional de Biossegurança, o senador disse que a nova comissão é fruto de um acordo de acomodação política que não atende aos interesses do Brasil.

– Receio que essa divisão resulte no esvaziamento da Comissão de Educação, pois vai contra a opinião de inúmeras organizações da sociedade. Essa iniciativa foi tomada num processo de negociação de cargos ocorrida no início desta legislatura – afirmou.

Osmar Dias (PDT-PR) também declarou ser contrário ao desmembramento da CE, por entender que isso a enfraquecerá. Heráclito Fortes (PFL-PI) apontou a ingerência de funcionários do Senado na decisão dos senadores.

Valdir Raupp (PMDB-RO), Marcelo Crivella e Renato Casagrande (PSB-ES) disseram que a divisão da comissão significa a oportunidade de dedicação exclusiva aos assuntos da educação. Arthur Virgílio (PSDB-AM) confirmou o acordo de líderes. Romero Jucá (PMDB-RR) observou que a abertura do leque das comissões não prejudicaria nenhum tema.



Wellington Salgado foi escolhido por aclamação pelo Plenário



Plenário examinou também anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço

Projeto amplia fiscalização sobre fundos de previdência

Com 55 votos favoráveis, o Plenário do Senado aprovou ontem o projeto que visa melhorar a fiscalização sobre os fundos de previdência complementar. A matéria será votada ainda em segundo turno.

O projeto foi elaborado com o objetivo de dotar os órgãos fiscalizadores da previdência complementar da prerrogativa de também investigar diretamente as operações financeiras realizadas com recursos dos planos de benefícios, como já ocorre com o Banco Central (BC) e com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no âmbito das entidades que compõem o sistema financeiro nacional.

Dessa forma, os administradores desses planos ficariam impedidos de se opor à fiscalização dos órgãos alegando sigilo e de firmar convênios com o BC e a CVM para investigações em conjunto.

O projeto de lei complementar (PLS 229/06), de autoria da CPI dos Correios, altera a Lei Complementar 105/01. O então presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), argumenta que os planos de benefícios da previdência complementar acumulam ativos garantidores de benefícios

da ordem de R\$ 400 bilhões, abrangendo um universo de cerca de 14 milhões de brasileiros, com enorme potencial de crescimento, decorrendo daí a necessidade de mecanismos mais eficientes de fiscalização.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), assinalou a importância da proposta, lembrando que a comissão de inquérito identificou uma série de irregularidades que precisam ser corrigidas. Ele enfatizou que o controle sobre a previdência complementar é uma forma de investimento na Previdência Social.

O líder do PSB, Renato Casagrande (ES), defendeu a ampliação da fiscalização sobre os fundos de previdência complementar, lembrando que o montante de recursos operado por essas instituições está próximo de R\$ 400 bilhões.

José Agripino Maia (RN), líder do PFL, ao recomendar o voto favorável de sua bancada, ressaltou que a fixação de critérios mais rígidos para a fiscalização dos fundos de previdência complementar foi uma recomendação da CPI dos Correios. Marconi Perillo (PSDB-GO) considerou a

medida como “um avanço”.

Emigração

Outras duas matérias provenientes de CPIs foram ontem objeto de deliberação. O PLS 263/06, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, dispõe sobre a concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço. O projeto será submetido a uma segunda sessão de discussão em primeiro turno antes da votação em dois turnos.

O PLS 264/06, proveniente da CPI da Terra, altera o Código Penal para prever o “esbulho possessório” com fins políticos (invasão de terreno alheio mediante violência ou ameaça, com o fim de manifestar inconformismo político ou pressionar o governo a fazer ou deixar de fazer algo) e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos. Foram aprovados dois requerimentos, encaminhando a matéria às comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Alvaro Dias (PSDB-PR), que presidiu a CPI da Terra, manifestou-se pessoalmente contrário ao projeto.

Senado aprova Carreiro para ministro do TCU

O Plenário aprovou ontem, pela unanimidade dos 73 senadores presentes, projeto de decreto legislativo (PDS 1/07) indicando o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A decisão foi encaminhada pelos líderes partidários no Senado e endossada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), que dispensaram a sabatina do indicado. A matéria segue, agora, ao exame da Câmara dos Deputados.

Ao saudarem a indicação de Carreiro, 37 senadores, entre governistas e opositores, sintetizaram nos discursos em Plenário um sentimento misto de pesar, pela perda de um servidor competente, honesto e dedicado, e de satisfação, pela colocação de um funcionário público com tais qualidades a serviço do país. O ato também foi visto como uma homenagem ao quadro de servidores do Senado.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Osmar Dias (PDT-PR) expressaram preocupação com a dispensa da sabatina (arguição pública) de Raimundo Carreiro pela CAE. O receio de que o fato pudesse abrir um precedente foi superado, segundo reconheceu Osmar Dias, quando o presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou o endosso da indicação pelos líderes partidários e pelos presidentes da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Bacharel em Direito, Raimundo Carreiro nasceu no Maranhão e ingressou no Senado, há 38 anos, como analista legislativo especializado em orçamentos públicos. Desde 1995, exerce o cargo de secretário-geral da Mesa do Senado.



Raimundo Carreiro: indicação apoiada pela unanimidade de 73 senadores

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Na presidência do colegiado, Paim convocou primeira reunião para hoje

Paim destaca o papel da Comissão de Direitos Humanos do Senado

Ao agradecer ao seu partido e aos demais integrantes do Bloco de Apoio ao Governo no Senado sua indicação à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o senador Paulo Paim (PT-RS) declarou ontem que sente um carinho especial pelo colegiado, por entender que “a política ou a vida não têm razão de existir se

o ser humano não estiver em primeiro lugar”. Ele convocou para hoje, às 9h, a primeira reunião da comissão, quando deverá ser definida a pauta de debates para os próximos dias.

– Acredito que faremos um grande trabalho na Comissão de Direitos Humanos, pois ela tem a ver com a nossa história, não somente a minha, mas a de todos os

que lutamos por distribuição de renda, por melhor qualidade de vida para as pessoas e contra todo tipo de discriminação, quer seja contra índios, negros, deficientes, brancos, mulheres, crianças ou idosos – afirmou Paulo Paim.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) aplaudiu a indicação de Paim, lembrando que o representante gaúcho, desde

o início de sua gestão, tem trabalhado sempre em favor das minorias que não tinham espaço para falar do seu sofrimento ou reclamar suas reivindicações. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) considerou que Paulo Paim é tão importante para a classe trabalhadora quanto personalidades como Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e João Goulart.

Mão Santa cobra ação federal contra violência no Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem o governo federal por ter enviado um contingente de 500 policiais militares da Força Nacional de Segurança Pública para o Rio de Janeiro, enquanto outros estados, a exemplo do Piauí, ficam expostos à violência. O senador fez um apelo para que o governo dê aos demais estados, em especial ao Piauí, tratamento igual ao concedido ao Rio.

– Ontem [terça-feira], uma cidade do Piauí foi invadida por sete homens que atacaram um banco e só havia dois soldados para proteger a cidade inteira – narrou o parlamentar, que lembrou os 11 assassinatos ocorridos no último fim de semana no Distrito Federal.

O assalto citado por Mão Santa ocorreu em uma agência do Banco do Brasil na cidade de Gilbués, no sul do estado do Piauí.

O senador cobrou providências do presidente Lula pelos votos recebidos dos eleitores piauienses, e salientou que o governador do estado, Wellington Dias, é do PT. Mão Santa disse lamentar que a mensagem presidencial entregue na última sexta-feira ao Congresso Nacional pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na sessão de abertura da 53ª Legislatura, não tenha feito menção à violência no país.



Mão Santa reivindica para seu estado mesmo tratamento concedido ao Rio

Dornelles defende aumento da receita dos estados e municípios

Senador anuncia proposta estabelecendo que os fundos de participação das unidades federadas sejam calculados sobre toda a receita da União, incluindo as contribuições

Em seu primeiro pronunciamento como senador, Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou a apresentação de proposta de emenda constitucional estabelecendo que o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) sejam calculados sobre a arrecadação total da União, considerando inclusive receitas não compartilhadas, como as contribuições.

Ao justificar a proposição, Francisco Dornelles explicou que a criação de várias contribuições não compartilhadas pelo governo acarretou a redução da base de cálculo do FPE e do FPM, passando de 80% de todas as receitas federais, em 1988, para 40%, atualmente.

– Não é minha intenção, nesse momento, fazer modificações



Francisco Dornelles também alerta para a necessidade de redução da taxa de juros

substanciais na parcela destinada à União, aos estados e municípios. Quero apenas corrigir uma distorção que hoje faz com que todo plano econômico conduzido pela União implique obrigatoriamente uma perda de receita para os estados e municípios, pela prevalência que têm esses planos na

redução dos impostos de receita compartilhada – assinalou.

O parlamentar defendeu em seu discurso a adoção do orçamento impositivo a partir de 2010 ou 2011. Segundo ele, a alteração imediata da forma de execução do orçamento não seria recomendável por dar a impressão de uma ação contrária aos governantes que hoje dirigem o Estado.

O senador alertou também para a necessidade de redução da taxa básica de juros para viabilizar o crescimento econômico.

– Não existe país que possa ver sua economia crescer gastando 8% do produto interno bruto com pagamento de juros – disse.

Em apartes, os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS) manifestaram seu apoio a Dornelles.



João Tenório: medidas adotadas em gestão anterior comprometem finanças do estado

recursos desviados para privilégios eleitorais agravam os problemas em Alagoas: dívida de R\$ 408 milhões; o maior número de analfabetos do país; o maior gasto público proporcionalmente à arrecadação; zero em caixa para fazer frente a compromissos de custeio; e 46% da população vivendo abaixo da linha de pobreza.

Caos enfrentado pelo governador de Alagoas preocupa João Tenório

O senador João Tenório (PSDB-AL) chamou a atenção, em discurso feito ontem no Plenário, para a situação de caos administrativo por que passa o estado de Alagoas. Segundo ele, o governador Teotônio Vilela Filho – cuja vaga no Senado foi assumida por Tenório – tem encontrado grandes dificuldades para sanear as finanças estaduais e enquadrar sua administração na Lei de Responsabilidade Fiscal, em virtude de medidas tomadas pelo seu antecessor. Tais medidas – entre elas contratação de pessoal e reajuste de vencimentos de deputados estaduais – aumentam o déficit estadual, tornando inexecutável o orçamento local, afirmou o parlamentar.

João Tenório reforçou seu apelo por Alagoas citando o artigo “O descalabro alagoano”, da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 1º deste mês. A jornalista questiona o paradoxo de dois alagoanos – Aldo Rebelo e Renan Calheiros – disputarem os dois cargos mais altos do Congresso, enquanto o estado natal deles passa por situação de penúria, principalmente em função da “cultura do privilégio compartilhado”, ou seja, o acesso ao poder público por favorecimentos eleitorais, conforme a jornalista.

Como exemplo de estado refém da situação descrita por Dora Kramer, o senador disse que os



Malta afirma que a corporação deve agir onde o crime estiver presente

Malta sugere atuação contínua da Força Nacional

Ao lamentar os ataques ocorridos na noite de terça-feira na cidade de São Paulo, o senador Magno Malta (PR-ES) defendeu a adoção de diversas medidas por parte do governo federal, como a atuação contínua da Força Nacional de Segurança em regiões onde o crime organizado está presente, e a adoção de penas mais severas para os crimes hediondos. Ele citou ainda a ação de grupos criminosos no Rio de Janeiro.

De acordo com as autoridades paulistas, três ônibus foram incendiados e uma viatura policial atacada a tiros. “Os bandidos tomaram conta das ruas. O comando dessas ações vem dos presídios”, disse o senador, acrescentando que “estamos em guerra”.

Ao destacar a necessidade da atuação do governo federal, Magno Malta afirmou que “não há governador, por mais bem-intencionado que seja, capaz de solucionar casos como os de São Paulo e do Rio de Janeiro”.

O senador lamentou ainda o acidente ocorrido na Rodovia ES-490 – que liga os municípios capixabas de Safra e Marataízes – no último fim de semana, que resultou na morte de uma pessoa. O acidente, assinalou, foi causado por uma cratera produzida pelas chuvas que atingem a região. Malta foi apartado pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Simon, antes crítico de Lula, torce para que agora o governo dê certo

Simon apóia Jobim para presidir o PMDB

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a condução do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim à presidência do PMDB. Simon afirmou que, em razão de sua biografia, Jobim daria ao partido – “agora que é parte importante da base do governo” – a estatura necessária em sua relação com o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– O PMDB tem que apoiar, mas sabendo o que está votando e não de maneira anônima, ridícula – advertiu.

Simon salientou que Jobim – também ex-deputado e ex-ministro da Justiça – tem história, atuação parlamentar e competência para obter a unanimidade dentro do PMDB, ao qual voltou a se filiar depois de deixar o Judiciário. O senador procurou desvincular a personalidade de Jobim de seu estado natal, o Rio Grande do Sul, afirmando tratar-se acima de tudo de “um brasileiro que se poderia dizer acima do bem e do mal”.

– Muitos governadores têm me procurado para dar apoio ao nome do Jobim – revelou o parlamentar peemedebista.

O senador pelo Rio Grande do Sul lembrou que exerceu papel crítico durante o primeiro mandato de Lula, mas ele considera que agora, diante da tentativa do governo de acertar, é mais justo torcer a favor do que contra.

PAC vai desenvolver o país ou aumentar as disparidades?

Um pacto pelo desenvolvimento – assim Ideli Salvatti considerou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal no último dia 22. Na mesma linha, Antônio Carlos Valadares classificou o PAC como um “bem-vindo e esperado projeto nacional de desenvolvimento”. Mas nem todos pensam como os dois senadores que

integram a base do governo. A oposição voltou a fazer críticas à proposta que, segundo o Executivo, pode tirar o país de patamares baixos de crescimento econômico. Cícero Lucena questionou: por que os estados mais carentes são os menos contemplados num suposto plano de aceleração do crescimento? Ele disse temer o agravamento das disparidades regionais.



Antônio Carlos Valadares

Apoio sem deixar de fazer ressalvas às medidas sobre FGTS

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) classificou o Programa de Aceleração do Crescimento, lançado recentemente pelo presidente Lula, como um “bem-vindo e esperado projeto nacional de desenvolvimento”. Ele observou, no entanto, que o bloco partidário formado pelo PSB, PDT e PCdoB na Câmara dos Deputados vai propor alteração à MP 349/07, integrante do PAC, que destina R\$ 5 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para um Fundo de Investimentos em Infra-Estrutura a ser criado pelo governo federal.

O senador informou ontem que o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) apresentará emenda obrigando a Caixa Econômica Federal a assumir eventuais prejuízos do novo fundo, de forma a não prejudicar os trabalhadores vinculados ao FGTS. Uma queixa desse bloco partidário, revelada por Valadares, foi o fato de os beneficiários do FGTS não terem sido consultados sobre a nova destinação dos recursos.

O parlamentar acredita que o sucesso do PAC depende da simplificação do sistema tributário, da queda na taxa de juros, do equilíbrio financeiro e da contenção das despesas públicas com custeio e pessoal.

Programa revela necessidade de rever o pacto federativo

Cícero Lucena (PSDB-PB) criticou ontem o recém-lançado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e propôs a revisão do pacto federativo firmado na Constituição de 1988. O senador disse que se recusava a acreditar que o desenvolvimento e a integração regionais tenham se tornado uma questão partidária.

– Ou o PAC pouco tem de acelerador do desenvolvimento ou foi concebido numa visão muito míope e caolha, concentrando ao invés de desconcentrar desenvolvimento, agravando ainda mais em vez de reduzir as disparidades regionais e intra-regionais. Que visão geopolítica pode justificar que os estados mais carentes sejam os menos contemplados num plano que se pretende como de aceleração do crescimento? – questionou Lucena.

O senador disse que o PAC trouxe à tona o problema do pacto federativo: a renúncia fiscal praticada pelo governo federal. Para ele, essa desoneração tributária sempre recai sobre os impostos compartilhados com os estados, ou seja, o governo abre mão do que não lhe pertence e “faz cortesia com o chapéu alheio”.

– O governo federal concentra arrecadação e burla o pacto federativo estabelecido pela Constituição de 88 – assinalou.



Cícero Lucena



Ideli Salvatti

Com medidas, Brasil deixa para trás agenda negativa

Ideli Salvatti (SC), líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, afirmou ontem que o Programa de Aceleração do Crescimento, ao reunir partidos políticos, setores produtivos e sociedade organizada, “tem tudo para se transformar num pacto pelo desenvolvimento”. Ela disse acreditar que, com o PAC, o país vai deixar para trás a agenda negativa da vulnerabilidade externa, do endividamento e dos juros altos.

A senadora ressaltou que o PAC devolve ao Estado o papel de agente indutor do desenvolvimento. A parlamentar citou como exemplo o caso do seu estado, dizendo que todas as obras importantes para Santa Catarina foram contempladas pelo programa.

– Quando o Estado induz, a iniciativa privada corresponde com investimentos. Chega daquela conversa de Estado mínimo – disse.

Ideli Salvatti recebeu apertes dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Jefferson Péres (PDT-AM), que manifestaram apoio ao PAC. Na avaliação de Crivella, o programa representa “a redenção da economia nacional”, enquanto Jefferson Péres afirmou que dará um crédito de confiança ao presidente Lula porque este garantiu que o país irá crescer com estabilidade.

Parlamentares propõem emendas

Até as 20h de ontem, a Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas recebeu emendas à medidas provisórias constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Iniciada no dia 2, a coleta de emendas encerrou-se com uma fila no gabinete 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado.

Augusto Botelho (PT-RR), por exemplo, apresentou emendas propondo prioridade para aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em projetos localizados nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Já o deputado Humberto Souto (PPS-MG) propõe a aplicação de verbas para obras de reparação da BR-135, que corta o norte de Minas Gerais.

As MPs vão tramitar durante 14 dias em comissão mista, seguindo depois para o Plenário da Câmara dos Deputados, onde a tramitação também se estenderá por 14 dias, sendo então enviadas ao Senado, com igual tempo de tramitação. Os projetos de lei contidos no PAC tramitarão por comissões específicas em cada Casa Legislativa antes de seguir para os Plenários da Câmara e do Senado.

As propostas que integram o PAC

MP 346/07	Abre crédito extraordinário para a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e da Franave
MP 347/07	Capitaliza a Caixa Econômica Federal para elevar empréstimos sociais
MP 348/07	Cria fundo para investimento em infra-estrutura
MP 349/07	Destina R\$ 5 bilhões do FGTS para infra-estrutura
MP 350/07	Permite antecipação da compra de imóvel arrendado
MP 351/07	Beneficia investimentos em infra-estrutura
MP 352/07	Incentiva produção de dispositivos eletrônicos
MP 353/07	Cria 157 cargos comissionados para extinguir a RFFSA
PLP 388/07	Propõe ações de cooperação na área ambiental
PL 7.709/07	Altera a Lei de Licitações
PLP 1/07	Limita gasto com pessoal
Mensagem 41	Altera a LDO para aumentar investimento

Fonte: Agência Câmara

Em datas diferentes, CRE ouvirá o ministro das Relações Exteriores e o ex-diplomata Roberto Abdenur, que criticou a postura do Itamaraty em entrevista concedida à *Veja*

Amorim e ex-embaixador falarão sobre a política externa brasileira

O ex-embaixador brasileiro em Washington Roberto Abdenur e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, serão convidados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a comentar, em datas diferentes, os atuais rumos da política externa brasileira. Abdenur deverá participar de reunião da comissão na próxima terça-feira. O colegiado ainda vai negociar com o Itamaraty uma data para a presença de Amorim.

O convite ao ex-embaixador foi feito ontem pela CRE a partir de requerimento apresentado por

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – também subscrito por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – após a publicação de entrevista de Abdenur à revista *Veja*. Na matéria, o diplomata critica o que chamou de “antiamericanismo” da política externa e a suposta doutrinação ideológica que estaria sendo promovida pelo Itamaraty.

– Apresentei o requerimento por causa da gravidade do conteúdo da entrevista. O embaixador é um homem respeitado, que precisamos ouvir – disse Azeredo.

A proposta de convite ao ministro das Relações Exteriores

partiu do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Ele lembrou a presença na CRE de senadores novos, a exemplo dele mesmo, e ressaltou a necessidade de se conhecer o pensamento de Amorim logo no início do segundo mandato do presidente Lula.

Ao presidir a primeira reunião da CRE este ano, Heráclito Fortes (PFL-PI) acolheu sugestão de Cristovam Buarque (PDT-DF) e estabeleceu um grupo de trabalho para analisar as relações do Brasil com os países fronteiriços. A iniciativa recebeu o apoio de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Jefferson considera inaceitável Itamaraty doutrinar diplomatas

“Seja qual for o viés ideológico – conservador, progressista, de esquerda ou de direita –, não cabe ao Itamaraty fazer doutrinação do seu corpo burocrático, isso não é republicano, não é democrático, não é aceitável”. A opinião foi emitida da tribuna do Plenário pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) ao pronunciar-se sobre entrevista concedida por Roberto Abdenur à revista *Veja*, na qual o ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos disse que a atual política do Itamaraty é submetida à doutrinação ideológica.

Na avaliação do senador, não são preocupantes as críticas feitas por Abdenur a respeito da condução da política externa do país, mas a de-

núncia de que estaria havendo uma tentativa de “lavagem cerebral”, por meio da recomendação de que os jovens diplomatas lessem textos selecionados pela direção daquele ministério. Jefferson acrescentou que recebeu “de outras fontes” esta mesma denúncia.

– Se a direção do Itamaraty se julga no direito de recomendar a leitura de textos aos seus membros, que o faça, mas por meio de uma escolha pluralista, com livros e trabalhos de várias tendências. A Casa tem que ser pluralista. Agora, recomendar, entre aspas, textos da mesma linha ideológica, se chama doutrinação. Isso é inaceitável – afirmou.

Em aparte, o senador Almeida



Célio Azeredo

Para Jefferson Péres, a orientação do Itamaraty deve ser pluralista

Lima (PMDB-SE) disse que tinha duas ressalvas a fazer à entrevista de Abdenur. A primeira é que o ex-diplomata aguardou deixar o cargo de embaixador em Washington para fazer sua manifestação. A segunda é que, na sua avaliação, os diplomatas no Itamaraty, por sua maturidade e experiência, não estariam suscetíveis a sofrerem lavagem cerebral.

Tuma destaca ações desenvolvidas pela ONU em 2006

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) relatou sua experiência ao participar da comissão de parlamentares que acompanhou, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York (EUA), a apresentação das atividades desenvolvidas pela instituição em 2006.

– Tive a oportunidade de ver a grande preocupação manifestada na ONU com as conse-



Célio Azeredo

Tuma relata participação em reunião da ONU e ressalta preocupação com o clima

qüências da mudança do clima – declarou.

Um exemplo disso é que, no início deste mês, a ONU divulgou o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, no qual cientistas de vários países concluem que

são as atividades humanas que vêm causando o aquecimento global.

O senador ressaltou ainda que outros temas foram discutidos na reunião, vários dos quais de grande importância para o Brasil. Entre eles, destacou a promoção e a proteção dos direitos da criança, a educação, o tráfico de pessoas, a violência contra as mulheres, os direitos das mulheres e o tráfico de drogas.

Por meio de apertes, Romeu Tuma foi saudado e recebeu o apoio dos senadores César Borges (PFL-BA) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

Cristovam propõe incentivo para motivar a alfabetização de adultos

Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que institui o “Quinquênio da Alfabetização”, destinado a acabar com o analfabetismo no Brasil em cinco anos. O objetivo da proposta deverá ser alcançado com o programa Incentivo-Alfa, direcionado aos brasileiros não alfabetizados com idade acima de 15 anos e que terão direito a um incentivo financeiro de, no mínimo, R\$ 350 se concluírem com sucesso o curso de alfabetização.

De acordo com o projeto (PLS 117/06), o pagamento será efetuado ao concluinte de curso de alfabetização que demonstrar capacidade de ler e escrever, mediante carta escrita em sala de aula de curso oficializado pelo MEC. Para habilitar-se ao recebimento do incentivo, o candidato deve cumprir, pelo menos, três meses de formação com frequência superior a 85% das aulas, em curso que deverá ser iniciado após a sanção da lei resultante desse projeto e concluído antes do término do Quinquênio da Alfabetização.

A proposta também autoriza a



J. Freitas

Beneficiário receberá no mínimo R\$ 350 ao concluir curso, sugere Cristovam Buarque

União a criar a Secretaria para a Erradicação do Analfabetismo para coordenar as ações do programa e assegurar aos analfabetos o acesso ao curso. Institui ainda o Museu da Erradicação do Analfabetismo, que abrigará a documentação relativa a esforços nacionais pela alfabetização e as cartas dos alunos do Incentivo-Alfa.

O senador lembra que adotou, durante sua gestão como governador do Distrito Federal (1995-1998), programa semelhante ao que está agora propondo, e que os resultados positivos daquela ação justificam os incentivos. O projeto tramitará nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE).

Audiências na CMA debaterão Proantar e seguros de vida

Uma audiência pública sobre o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), – que realiza pesquisas no continente antártico visando ampliar os conhecimentos dos fenômenos que ali ocorrem e suas influências sobre o Brasil – deve ser realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A comissão aprovou ontem requerimento com esse objetivo apresentado por seu presidente, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que ressaltou que as pesquisas científicas do programa também se relacionam ao estudo do aquecimento global. O secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, almirante José Eduardo Borges de Souza, e a gerente do Grupo de Avaliação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Tânia Brito, serão convidados para a audiência.

Também foi aprovado pela CMA requerimento de Flávio Arns (PT-PR) para realização de audiência destinada a discutir a regulamentação de resoluções



Jone Araújo

Quintanilha quer informações sobre pesquisas brasileiras na Antártica

editadas pela Superintendência Nacional de Seguros Privados (Susep). Arns criticou regulamentação que autoriza as seguradoras a revisarem unilateralmente os contratos de seguros de vida.

– Alguém que fez um seguro com 40 anos, 50 anos, quando chega aos 60 ou 70 anos pode ter de pagar o dobro do que pagava antes – observou Arns.

O senador disse que muitas pessoas são levadas a abandonar o seguro pelo qual pagaram toda a vida em função de decisões das seguradoras. Para debater o assunto, devem ser convidados representantes da Susep e do Ministério Público.

Comissões de Relações Exteriores e de Meio Ambiente formam colegiados para discutir causas e conseqüências do aumento da temperatura do planeta



Heráclito (E) prevê que subcomissão dirigida por Collor será o cenário de um debate importante. Casagrande (à dir. na segunda foto) preside o colegiado que tem Perillo (ao centro, ao lado de Inácio Arruda) como vice-presidente

Subcomissões do Senado estudam aquecimento global

O aquecimento global, fenômeno de larga escala que preocupa cientistas de todo o mundo, será estudado por duas subcomissões criadas ontem pelo Senado. Uma delas funcionará na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para propor projetos de proteção do meio ambiente e geração de energia limpa. A outra atuará no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– A nova subcomissão será o cenário de debate sobre um tema que está em pauta no mundo inteiro – previu Heráclito Fortes (PFL-PI), autor da proposta de

criação da subcomissão e presidente da CRE.

Na CMA, os autores do requerimento foram os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Renato Casagrande (PSB-ES), e coube a este último assumir a presidência da subcomissão. Para a vice-presidência do órgão foi escolhido Marconi Perillo (PSDB-GO).

– Temos que manter esse tema vivo, acompanhar e fiscalizar as ações do governo e até mesmo da sociedade – explicou Casagrande, que ressaltou ainda a necessidade de cobrar medidas efetivas e urgentes para redução da emissão de gases tóxicos nos países desenvolvidos, maiores

emissores desse tipo de poluente. “O Brasil, cuja matriz energética é limpa, tem muito o que ensinar ao mundo”, argumentou.

Alerta

A constatação da elevação da temperatura foi divulgada no último dia 2 pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), em Paris. O relatório, elaborado por 600 especialistas de 40 países, traz mapas com projeções de mudanças no clima até 2090. De acordo com os cientistas, há 90% de certeza de que essa elevação esteja ocorrendo por conta do lançamento de gases poluentes à atmosfera pelas atividades huma-

nas. O aquecimento, diz o estudo, é a maior ameaça à sobrevivência na Terra.

O presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), destacou que a Subcomissão do Aquecimento Global deverá realizar audiências públicas com cientistas e técnicos para debater medidas de proteção do meio ambiente. Na próxima semana, por sugestão de Casagrande, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deve ser convidada para expor a posição do Brasil sobre a questão na subcomissão da CMA.

Na CRE, a subcomissão será presidida por Fernando Collor

de Mello (PTB-AL), que era presidente da República quando se realizou no Rio de Janeiro, em 1992, a reunião global de cúpula sobre o meio ambiente (conhecida como Rio-92).

Na mesma reunião, foram escolhidos os presidentes das subcomissões ligadas à CRE. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) presidirá a Subcomissão para Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ficará no comando da Subcomissão da Amazônia, e Marcelo Crivella (PRB-RJ) presidirá a Subcomissão de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior.

Protocolo de Kyoto deu o alerta: ação do homem agravou a crise

Depois da divulgação do estudo do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), as metas estabelecidas em 1997 pelo Protocolo de Kyoto – tratado internacional com compromissos rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa – passaram a ser consideradas tímidas, segundo avaliação da consultora legislativa do Senado Carmen Rachel Faria.

– A grande importância desse estudo, especialmente porque existiam grupos contrários à idéia de que o excesso de gases poluentes poderia causar o aquecimento terrestre, é a certeza quase absoluta de que esse agravamento é resultado da ação humana – analisa.

O IPCC foi criado em 1988, é vinculado às Nações Unidas e reúne mais de 2.500 pesquisadores que analisam mudanças climáticas. O painel afirma que a temperatura média da Terra, atu-

almente em 14,5 graus, aumentará 0,1 grau por década mesmo que as emissões se estabilizem. Se a poluição continuar, a previsão é que a temperatura média chegue a 16,5 graus em 2100, e na pior das hipóteses, a 19 graus. Assim, o Ártico poderá derreter por completo. O documento divulgado pelo IPCC foi o primeiro de uma série de quatro, a serem lançados até o fim do ano.

Já o Protocolo de Kyoto, discutido e negociado no Japão, entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005. Nele, foi proposto um cronograma que obriga os países desenvolvidos a reduzirem a quantidade de gases poluentes, entre 2008 e 2012, em pelo menos 5,2% em relação aos níveis emitidos em 1990.

No total, 168 países são signatários. Para as nações em desenvolvimento, o tratado não fixa metas. Austrália e Estados Unidos não assinaram o protocolo.

Amazônia será afetada, prevê relatório do IPCC

O Brasil vem apresentando soluções na criação de fontes de energia limpa, como o etanol e o biodiesel, diminuindo assim o lançamento de gases tóxicos na atmosfera. Essa é a posição defendida pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, senadora licenciada. Nos últimos dois anos, houve queda de 52% na taxa do desmatamento na Amazônia. Com isso, 430 milhões de toneladas de gás carbônico deixaram de ser emitidas, segundo informações do ministério.

O IPCC estima que, no Brasil, o maior impacto do aquecimento global será na alteração do regime de chuvas e da temperatura. A biodiversidade da Amazônia poderá perder parte considerável de suas espécies. Desastres naturais e quebras de safra podem tornar-se mais frequentes e intensos.

Virgílio propõe audiência sobre riscos de dominação na Amazônia

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento para realização de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de discutir os riscos de dominação da região amazônica por estrangeiros.

Sua intenção é debater a questão com os ministros da Defesa, Waldir Pires; do Meio Ambiente, Marina Silva; e das Relações Exteriores, Celso Amorim, bem como com os diretores-gerais da Polícia Federal (PF), Paulo Lacerda, e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Márcio Paulo Buzanelli.

Segundo Virgílio, o recente relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho da Amazônia (GTAM) denuncia a presença e a atuação constantes de variada gama de estrangeiros na Amazônia.

Aquecimento

Sobre as previsões do IPCC acerca do aquecimento global, Virgílio considera que o desma-



Virgílio: Amazônia deve continuar sendo área de absoluta soberania nacional

tamento na floresta amazônica, agora, tornou-se questão menor se comparado às condições negativas ao meio ambiente criadas pelos países desenvolvidos. “Temos que cuidar de maneira séria e responsável da Amazônia, que continuará sendo uma área de absoluta soberania brasileira, mas de interesse internacional porque afeta cidadãos de outros países”, analisou.

Jereissati argumenta que, sem um marco regulatório claramente definido na Constituição, país não terá condições de crescer nos moldes dos países emergentes

Comissão discute marco legal das agências reguladoras

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu ontem plena autonomia para as agências reguladoras, que passariam a ser supervisionadas pelo Senado Federal. Para o parlamentar, sem essa autonomia garantida em lei, o país continuará a manter o atual clima de “insegurança jurídica no marco regulatório”, que, observou, vem prejudicando a entrada de capitais privados na economia brasileira.

A afirmação foi feita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) durante a

discussão de duas emendas de Plenário apresentadas à proposta de emenda à Constituição (PEC 81/03), de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e já aprovada pelo colegiado, que acrescenta o artigo 174-A à Constituição para fixar os princípios da atividade regulatória. Devido a dúvidas sobre a redação das emendas, a votação ficou para a reunião da próxima quarta-feira.

A PEC original de Jereissati, aprovada pela CCJ, dá às agências reguladoras autonomia funcional, decisória, administrativa e finan-

ceira, além de fixar princípios para o marco regulatório, como proteção do interesse público; defesa do consumidor e da concorrência; promoção da livre iniciativa, universalização e qualidade dos serviços prestados.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) concordou com Virgílio e chegou a sugerir fixação de prazo para a indicação dos nomes que irão compor as diretorias das 11 agências reguladoras em operação no país, a exemplo da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (Anvisa). A demora na indicação de diretores vem paralisando os trabalhos dos órgãos reguladores.

Estabilidade

Jereissati alertou para a importância da aprovação da matéria, por entender que, sem um marco regulatório claramente definido na Constituição, “o país não terá ambiente para crescer minimamente nos mesmos moldes de outras economias emergentes”. Ele observou que o princípio da atividade regulatória é elemento de estabilidade para os negócios,

razão pela qual defende a aprovação de uma lei sobre o tema.

Aloizio Mercadante (PT-SP) acha de fundamental importância que a Constituição fixe regras para as agências reguladoras, conforme determina a proposta de Jereissati. Mas entende que a atividade regulatória deve restringir-se apenas ao mercado de serviços públicos – energia elétrica e combustíveis, por exemplo – e não abranger o mercado em geral, conforme ficou definido na subemenda apresentada por Demostenes Torres (PFL-GO).

Desenvolvimento Social pode decidir sobre isenção

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou na reunião de ontem parecer favorável a projeto de lei de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR) que transfere do Ministério da Previdência Social para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a competência para decidir sobre recursos contra decisões finais do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Essas decisões se referem ao processo de concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas).

– O projeto de lei, se aprovado, permitirá que se assegure uma efetiva imparcialidade na análise dos recursos interpostos, uma vez que o Ministério da Previdência Social está vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social [INSS], que exige o certificado para concessão da isenção da cota patronal – argumentou Flávio Arns em defesa da medida.

Segundo o senador paranaense, o projeto (PLS 73/06), que foi relatado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), tem por meta fazer uma espécie de ajuste de todo o sistema processual relativo à concessão do recurso contra decisões finais do conselho. Arns deixou claro que a concessão de isenção e a fiscalização das entidades beneficentes, de acordo com a proposta, continuarão a cargo do Ministério da Previdência Social.

O projeto seguirá para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será examinado em decisão terminativa.



Antonio Carlos (D) diz que vai entrar em entendimento com a Câmara para garantir a participação das duas Casas no debate da reforma política

Proposta restabelece a cláusula de desempenho

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), designou ontem Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) para relatar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que restabelece a cláusula de desempenho. De autoria de Marco Maciel (PFL-PE), a proposição prevê distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

De acordo com o autor da PEC, que adota o termo “cláusula de desempenho” em vez de “cláusula de barreira”, a proposta pretende retomar a discussão em torno do quadro partidário nacional. Ao designar Jarbas Vasconcelos relator da proposta (PEC 02/07), Antonio Carlos salientou que quer estabelecer amplo debate sobre a reforma política, e para isso deverá comunicar-se com a



Jarbas Vasconcelos é designado relator da proposta de emenda constitucional

Mesa da Câmara dos Deputados a fim de garantir a participação das duas Casas legislativas na discussão da matéria.

O debate, adiantou o presidente da CCJ, terá de incluir decisão tomada ontem pelo Tribunal Superior Eleitoral, que, ao fixar novos critérios para a distribuição do fundo partidário, irá beneficiar até os partidos sem representatividade parlamentar.

Para o senador Valter Pereira

(PMDB-MS), vice-presidente da CCJ, são essas constantes intervenções do Poder Judiciário que têm impedido que o Legislativo avance na discussão da reforma política.

– Que segurança tem o Congresso Nacional de discutir a reforma política se não consegue produzir os efeitos desejados? A sociedade está cobrando a reforma política, existe muita indignação com as atitudes do Congresso. Ele [o Congresso] está fazendo a sua parte, mas esbarra em intervenções quase constantes da Justiça Eleitoral.

O líder do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), concordou com a necessidade de discussão ampla do tema. Ele condenou a decisão do tribunal e advertiu que até partidos sem representante em câmaras de vereadores estarão recebendo verbas do fundo partidário.

Projetos suspendem execução de leis estaduais e de MP

A suspensão integral ou parcial de leis declaradas inconstitucionais em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (STF) é o que estabelece projetos de resolução aprovados ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Justiça. Os projetos foram apresentados em pareceres dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Pedro Simon (PMDB-RS) e Demostenes Torres (PFL-GO). A manifestação do Senado, lembrou Jefferson, está entre as competências privativas da Casa.

O parecer de Jefferson apresenta projeto suspendendo as leis 6.556/89, 7.003/90, 7.646/91 e 8.207/92, do estado de São Paulo, que tratam de imposto vinculado a órgão, fundo ou despesa (Ofício S25/99). Ele ofereceu ainda parecer com projeto que suspende dispositivos das leis 6.556/89 e 7.003/90 (Ofício S01/01), também de São Paulo, que dispõem sobre o ICMS.

O parecer de Simon (PMDB-RS) ao Ofício S62/00 determina a suspensão da alteração feita pela Medida Provisória 1.557/97 – reeditada até a MP 2.027-39/00 – na Lei 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

Já o parecer de Demostenes Torres ao Ofício S13/03 conclui por projeto suspendendo dispositivo do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Minas Gerais que trata da atribuição da sua Comissão Representativa sobre pedido de licença para processar deputados e decidir sobre sua prisão.